

**IX Congresso Internacional da BRASA  
Tulane University, New Orleans, Louisiana.  
27 a 29 de Março de 2008.**

***Dois Dedos de Prosa, coluna de Júlia Lopes de Almeida, bota a boca no trombone.***<sup>1</sup>

Profa. Dr. Nadilza MOREIRA. UFPB/UFRJ/CNPq.<sup>2</sup>

*Quem me ajudará a defender este formoso morro de Santo Antônio da ameaça de morte com que o afligem agora? Será possível que toda a gente desta cidade maravilhosa seja indiferente à beleza e ao futuro deste sítio de tão pitoresca topografia, a ponto de consentir, sem reflexão nem tino, no seu arrazamento?*  
(ALMEIDA. Crime Premeditado I. IN: *O País*, Rio de Janeiro, s/d)

Com a citação acima, pretendemos ilustrar não somente o *corpus* do nosso ensaio, as crônicas de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), mas, sobremaneira, expor o tom assertivo com que esta mulher escritora oitocentista defendeu posições, muitas vezes contrárias, aos interesses do projeto de modernização em andamento no país. Parte destes ecos dissonantes aos interesses do momento, ela orquestrou na sua coluna, *Dois Dedos de Prosa*, publicada no jornal *O País* (1884-1934), de circulação nacional à época.

Nosso propósito aqui é também apontar, através das crônicas de Júlia Lopes de Almeida, a atmosfera social e política carioca nas duas primeiras décadas do século XX, período de implantação da política de modernização do país republicano, focalizando a cidade do Rio de Janeiro, então a capital da nação, destinada a ser o cartão postal do país emergente.

Devido ao tempo que nos cabe nesta mesa-redonda, cerca de 20 minutos, fizemos para nosso ensaio o recorte do *corpus* centrando nossas

---

<sup>1</sup> “**Bota a boca no trombone**” é uma expressão de cunho popular significando que um fato ou assemelhado veio ao conhecimento público, ou seja, saiu de “debaixo dos panos”, tornou-se conhecido de todos.

<sup>2</sup> As crônicas selecionadas para este ensaio fazem parte dos dados coletados nos arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (2006-2007) e na coleção da memória particular da família LOPES DE ALMEIDA, durante nossa pesquisa de pós-doutoramento na UFRJ com financiamento do CNPq.

análises em três crônicas de Almeida: *Crime Premeditado I*, *Crime Premeditado II* e *Crime... Consumado?* Nestas três crônicas o tema da discussão se repete, isto é, todas elas tratam do arrazamento, ou seja, da derrubada do morro de Santo Antônio no Rio de Janeiro. Medidas dessa natureza eram frequentes à época, pois faziam parte do projeto de modernização da cidade do Rio de Janeiro que teve início na política do bota-abaixo do então prefeito Pereira Passos entre os anos de 1903-1906.

O Rio de Janeiro no início do século XX teve as habitações populares da Cidade Velha derrubadas para dar lugar às avenidas amplas, capazes de abrigar o movimento vertiginoso da *Belle Époque* carioca. Surgiu a Avenida Central ligando o Porto ao Centro; a Rua Francisco Bicalho e a Avenida Beira-Mar, estas ruas e avenidas induziam ao fascínio, provocavam o desejo de olhar dos passantes e tornavam-se signos da nova era introduzindo um conceito novo de beleza e elegância para a cidade. Ao lado das reformas aparecem as posturas municipais purificadoras ou saneadoras as quais proibiam, por exemplo, a andança de cães vadios pela cidade.

O Rio civiliza-se é o reclame da época. A Avenida Central rebatizada em 1912 como Avenida Rio Branco falava do progresso do país ao representar a cidade. Ela, a avenida, torna-se o cartão-postal, modelado pelo homem, especialmente no trecho que reúne a Escola de Belas Artes, o Teatro Municipal e, a seguir, o novo prédio da Biblioteca Nacional. Gradativamente, portanto, as paisagens tropicais iam sendo substituídas pela obra civilizatória que pretendia vender ao exterior a imagem de cidade higiênica e moderna.

As cidades brasileiras iam se formando, cortadas pelas novidades das grandes avenidas. Concomitantemente a esta nova paisagem urbana, os cronistas entram em cena e flanam pela cidade. Atrevemo-nos a dizer que eles, os cronistas, surgem como os historiadores imediatos destas cenas urbanas emergentes, eles não esperaram o distanciamento crítico do tempo, pelo contrário, já se fizeram presentes descrevendo as miudezas do cotidiano que os mestres da História do Brasil não se preocupavam em anotar. São eles, os cronistas, as primeiras estrelas da imprensa brasileira que se modernizava e ficava profissional. João do Rio sempre fascinado pelos estrangeirismos perfilava a *modern girl*, uma garota já apaixonada pelo perfume da gasolina. Machado de Assis, o maior escritor brasileiro, fazia em *A Semana* uma mistura equilibrada de jornalismo e literatura, mostrando com humor o que seria, segundo Gustavo Corção, a crônica brasileira: uma maneira leve de tratar as coisas graves e uma maneira grave de tratar as coisas leves.

Não sei ao certo em qual das duas categorias as três crônicas de Júlia Lopes de Almeida, *Crime Premeditado I*, *Crime Premeditado II* e *Crime...*

*Consumado?*<sup>3</sup> aqui em estudo, poderão se enquadrar: se na maneira leve de tratar as coisas graves ou se na maneira grave de tratar as coisas leves. De uma coisa, no entanto, temos certeza, a cronista tratou, no início do século XX, de um assunto gravíssimo ao apagar das luzes deste mesmo século, as agressões ao meio-ambiente.

É bom frisar ainda que, essa mulher escritora, foi além de seu tempo, do seu sexo e do lugar que as mulheres oitocentistas ocupavam na sociedade patriarcal brasileira, ao ter a energia necessária para, associada à ousadia, contestar, por escrito, com a firmeza que o caso exigia, a opinião de pessoas importantes, como foi com o americano Jorge Smills, presidente do sindicato dos estrangeiros no Brasil. Ela fez uso da pena em prol da harmonia ambiental, homem-natureza, sempre que reflexões acerca de valores estéticos e ambientalistas eram desvalorizados, por exemplo:

O Sr. Jorge Smills, que pela *Tribuna* do dia 11 do corrente, com tanta deferência respondeu ao meu artigo da última terça-feira, no *País*, ou não me leu com muita atenção ou inconscientemente, alterou a intenção de parte das minhas palavras. Procurarei agora, por minha vez responder tópico por tópico ao seu artigo que tenho à vista, Não creio que a permanência do morro de Santo Antonio prejudique o saneamento da cidade (que é já hoje uma das mais saudáveis do mundo)<sup>4</sup>.

A história era assim: o sindicato estrangeiro pleiteava a derrubada do morro de Santo Antonio alegando que: a falta de higiene do morro comprometia a cidade devido às péssimas condições de saneamento existente, uma vez que os pobres e miseráveis banidos do centro da cidade com as demolições encetadas, passaram a habitá-lo; portanto, segundo o senhor Jorge Smills o morro de Santo Antonio prejudicava as medidas sanitárias em execução, ofuscava o embelezamento do logradouro aonde se erguia e ainda abafava o ar que vinha do oceano para melhor arejar a cidade do Rio de Janeiro.

Para a cronista, todavia, o arrazamento do morro de Santo Antonio tinha outras questões de interesse velado, isto é, derrubar o morro implicava no: “(...) favorecimento [de] interesses práticos e pessoais, traduzidos em lucro monetário ao sindicato estrangeiro que o premedita [va]”.<sup>5</sup> A cronista prossegue argumentado na defesa do morro de Santo Antonio e ilustra seu argumento trazendo à tona elementos pontuais que ora apontam para o

---

<sup>3</sup> Todas estas crônicas foram publicadas no jornal *O País*. Rio de Janeiro: s/d; s/p. De agora em diante elas serão citadas com a seguinte forma reduzida: *CPI*; *CPII*; e *CC?*.

<sup>4</sup> ALMEIDA, *CPII*.

<sup>5</sup> ALMEIDA *CPI*.

descaso do poder público com a coisa pública, ora para o oportunismo estrangeiro frente à situação de (des) caso e/ou amparo do patrimônio público brasileiro. Vejamos o que diz a cronista:

Arrasá-lo por quê? Ele [o morro] não prejudica em nada a higiene da cidade, não encobre belezas nem abafa o ar. Os seus inconvenientes não são por culpa sua, mas pelo criminoso desmazelo em que o conservam os poderes públicos. (...) Esses mesmos senhores ingleses, americanos ou franceses, que se propõem eliminar do solo carioca esta redonda excrescência [o morro]– como um cirurgião se proporia a tirar pela rasa um tumor maligno de um corpo são – se o visse bem no centro de Londres ou da sua Paris, não ousariam talvez lembrar sequer aos seus respectivos governos a necessidade de tal operação! É verdade que em tais governos não lhe teriam dado azo para isso.<sup>6</sup>

É importante ainda apontar nas considerações acerca da contística de Júlia Lopes de Almeida que ela está escrevendo em um contexto histórico adverso às mulheres escritoras. O Brasil de fim de século ainda tinha muitas restrições às mulheres que escreviam nos jornais, conforme BRITO BROCA:

Quando Júlia Lopes de Almeida entrou a escrever nos jornais, por volta de 1885, encontrou ainda forte barreira de preconceitos contra as mulheres escritoras que tinham tido como pioneira, no século passado, Corina Coaracy. O surto de literatura feminina que se verificou na França na última década do século XIX havia de ter influído, no entanto, para o descrédito desse preconceito no ambiente brasileiro. Por outro lado, com o desenvolvimento da literatura nos jornais, as colaborações pagas, as escritoras também se julgavam com o direito a retirar proventos econômicos do trabalho intelectual. No começo do século XX, Júlia Lopes de Almeida prossegue sua colaboração em crônicas assíduas em mais de um jornal (...)<sup>7</sup>

Acrescente ao preconceito apontado acima por Brito Broca um outro, o da linguagem tida como adequada às mulheres oitocentistas. A imprensa feminina á época, estava presa ao que denomino uma armadilha lingüística. Isto é, havia na sociedade brasileira uma expectativa e uma cultura dominante que definia tanto a escrita feminina, quanto o lugar do feminino como inferior e ambos deveriam se pautar pela moderação, pela contenção. Ser moderada, segundo os valores patriarcais, dava a mulher seu toque de feminilidade, seu encanto maior e trazia ao público leitor a persuasão na forma de convencimento inocente. Em outras palavras, por detrás do tom coloquial desprezioso que tão bem marcou a crônica brasileira enquanto

---

<sup>6</sup> ALMEIDA CCI

<sup>7</sup> BRITO BROCA. *A vida literária no Brasil*. 1ed. 1956. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004. p. 326.

um gênero literário híbrido, esse mesmo coloquialismo imprimia na escrita feminina um ordenamento da conduta feminina. Por exemplo, era muito mais fácil usar uma linguagem persuasiva como, “Você minha amiga...”, “Minha querida..” expressões que traduzem um convite, do que utilizar as formas verbais imperativas como, faça, ande, olhe, etc. Analisando textos de revistas femininas do fim do século XIX os quais primam por este tipo de linguagem adocicada que induz a uma proximidade afetiva, a uma intimidade com a leitora, entre outros, concluímos que o convite gentil encobria uma imposição sub-reptícia cujo objetivo era levar a leitora a aceitar os conselhos passados de forma não impositiva.

Júlia Lopes, entretanto, na sua contística rompe, parcialmente, com este tipo de linguagem sub-reptícia. Friso nas crônicas porque em sua prosa romanesca, em artigos que escreveu para a revista *A Mensageira* (1897-1900), primeira revista literária dedicada à mulher brasileira, ela fez uso freqüente deste tipo de linguagem sedutora. Por exemplo, quando da publicação do primeiro número de *A Mensageira*, ela foi a escritora escolhida para abrir a revista e seu artigo chamava-se: “*Entre amigas*”. Mas deixemos as amenidades de Almeida para depois e voltemos às crônicas almeidianas, saídas da pena de uma mulher madura, cheia de auto-estima, confiante no seu labor literário ao ponto de se reconhecer uma profissional de letras, conforme crônica denominada, *Pelo Teatro*: “Embora certa de que a opinião de uma mulher é, em tais casos, mal ouvida, visto que a sua interferência é sempre julgada intrusa nas questões de superior jurisdição, venho com o direito que me assiste de *profissional de letras (...)*”<sup>8</sup>.

Ainda jogando luz na linguagem das crônicas almeidiana que compõem nosso *corpus*, gostaria de apontar uma reflexão sobre os títulos destas crônicas, *Crime Premeditado I*, *Crime Premeditado II* e *Crime ... Consumado?* Merece nossa atenção não somente o impacto visual estampado nas páginas do jornal que tem as palavras **crime** e **premeditado** impressas nos cabeçalhos das crônicas em diferentes edições de *O País*, mas ainda a repetição destas tanto nos títulos das crônicas, quanto no corpo dos textos em foco: “Ele [o arrazamento do morro] [foi] *premeditado* pelo sindicato estrangeiro. (...) a nossa baía requer respeito; não lhe *roubem* mais nada - ou eu grito”.<sup>9</sup> Ousar fazer tamanha afirmação em um jornal que tinha a maior circulação da América Latina à época era, por si mesmo, um desafio ao *status quo*, podia-se por a cabeça na guilhotina por se estar “botando a boca no trombone” sobre questões que não faziam parte do universo feminino.

---

<sup>8</sup> Foi esta a forma como Júlia Lopes de Almeida se autodenominou em uma crônica intitulada “*Pelo Teatro*”. Ela respondia a um artigo publicado na coluna “*Ecoss dos Bastidores*” no jornal NOTÍCIA.

ALMEIDA, J. L. de. *O País*. Rio de Janeiro: s/d; s/p.

<sup>9</sup> *CP I*

No inconsciente coletivo tal comportamento representava uma transgressão feminina e feminista sem precedentes na história do jornalismo brasileiro; perplexa, a sociedade carioca presenciava o discurso do inusitado botando suas garras de fora, burlando o controle social, pois era discurso proferido por uma mulher casada, escritora burguesa, vista pelos seus contemporâneos como uma excelente *menagère*, uma mãe e esposa extremada, além de ter sido eleita a escritora da família, a escritora dos temas amenos. Sua popularização nacional veio com a temática da família, do casamento como o ideal feminino, da educação dos filhos, e do trabalho árduo. Ela, Júlia Lopes, representava a mulher maravilha que fazia tudo isto sem descuidar-se das obrigações domésticas que fizeram da brasileira burguesa oitocentista um modelo, adorada e venerada no espaço privado à semelhança da virgem Maria.

Júlia Lopes, a cronista, sem papas na língua, desafiava o *sermo paterno*, transgredia a ordem estabelecida e invertia o lugar do sujeito feminino de acordo com os valores e o modelo da sociedade brasileira vigente.

Em *Dois Dedos de Prosa*, passado um bom tempo da celeuma desencadeada entre as considerações publicadas na sua coluna e o sindicato estrangeiro, ela mandou a seguinte mensagem a seu público leitor:

“Continuo, como vêm a considerar um *crime* a realização de semelhante obra. Não olho para as coisas só através da lente da poesia. É preciso um acordo da natureza com os homens, e esse acordo, como se pode ver nem sempre se realiza! O meu protesto aí está”.<sup>10</sup>

Muito obrigada.

---

<sup>10</sup> CC II